

Relatório da Administração

Senhores,

Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgamos neste ato, o Relatório de Administração atrelado as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Uniconsult Administradora de Benefícios referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Apresentação

A Uniconsult Administradora de Benefícios oferece planos coletivos por adesão de assistência à saúde e também planos odontológicos, provendo serviços de qualidade com custo-benefício atrativo. Acreditamos que nosso modelo diferenciado de comercialização e atendimento dos nossos clientes, caracterizado por uma estrutura verticalmente integrada, permitiu que nos destacássemos entre as principais administradoras de benefícios do Brasil.

Política de Destinação dos Lucros

Conforme contrato social, os dividendos e/ou juros sobre capital próprio serão distribuídos proporcionalmente à participação dos sócios no capital social da Sociedade, sendo, no entanto, permitida sua distribuição desproporcional à participação dos sócios no capital social mediante aprovação de sócios representando ao menos 75% do capital social.

Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos que tiveram influência na "Performance" da Sociedade/Entidade e/ou No Resultado do Exercício

Tivemos um ano de muitos desafios para a Uniconsult, sobretudo com o segundo ano de pandemia (2021) no Brasil que foi marcado por uma acentuada segunda onda de contaminações e pelo surgimento de novas variantes do vírus SARS-CoV-2, onde à medida que a pandemia de Covid-19 evolui os governos estão implementando medidas adicionais para enfrentar os problemas de saúde pública resultantes e o impacto econômico.

Sendo assim a Uniconsult decidiu manter toda sua Operação em home office primando pela segurança de seus colaboradores. O trabalho remoto foi impulsionado e amadurecido pela pandemia e cabe ressaltar que diante desta nova rotina a empresa buscou aperfeiçoar os seus dispositivos de monitoria e controle de forma a manter altos índices de performance em seus departamentos, pois o distanciamento social exigiu maior conectividade e colaboração entre as equipes.

Da mesma forma, tivemos cuidado e atenção especial com nossos clientes, evitando que percebessem, por imposição da nova dinâmica de trabalho, qualquer redução na qualidade de nosso atendimento. Mantivemos todos os nossos índices de excelência e atendimento levando aos nossos clientes a melhor experiência na gestão de seus planos de saúde. Mesmo com todos os obstáculos impostos, 2021 foi marcado por conquistas importantes na consolidação da empresa e na sua estratégia de crescimento. O Relatório Anual traz informações sobre o progresso de nossa Visão, parte das nossas estratégias e demais apontamentos.

Durante o último ano, demos continuidade ao processo de profissionalização, buscando aprimorar e implementar as melhores práticas em todos os setores da empresa como alavanca de suporte ao nosso crescimento.

Reorganização societária

Em 1 de outubro de 2021, 75% das cotas da Empresa que pertenciam a Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (Qualicorp Benefícios), foram transferidas para a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

Desta forma, os controladores da Empresa estão compostos como seguem:

Acionistas	31/12/2021 (Quotas)
Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (*)	112.500
Flávio Paulo de Oliveira Rodrigues	18.750
Otto de Oliveira Junior	18.750
Total	150.000

Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s)

A Empresa está focada no desenvolvimento das melhores práticas de governança corporativa, bem como no aprimoramento de seus canais de vendas. Acreditamos que a venda on line impulsionarão o crescimento da Uniconsult para os próximos anos e investiremos progressivamente no acompanhamento, aprimoramento e especialização dos nossos colaboradores com a nova ferramenta.

Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, recursos alocados montantes e origens dos, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde

A Companhia não investiu em programas voltados a promoção e prevenção de saúde.

Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

A UNICONSULT afirma que ao final do ano de 2021, detinha disponível, tendo capacidade financeira de assumir seus compromissos, e a mesma não possui títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento.

A administração manteve ao longo do ano sua capacidade financeira voltada em manter suas operações, bem como manter suas obrigações regulares junto a agência reguladora.

Informações Complementares

Os demais itens previstos pela RN nº 435 de 2018, não foram citados, pois são inaplicáveis ou não praticados por esta Empresa, mas sempre estando em conformidade com as normas das ANS.

Agradecimentos

Agradecemos ao apoio e participação dos sócios, colaboradores, clientes, parceiros e operadoras de planos de saúde que contribuíram, direta ou indiretamente, para o bom desempenho dos resultados da empresa.

A Administração.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Conselho de Administração da
Uniconsult Administradora de Benefícios Ltda.
São Paulo -SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Uniconsult Administradora de Benefícios Ltda.** (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Anderson P. Constantino', is written over a light blue circular stamp.

Anderson P. Constantino
Contador CRC-1SP190451/O-5

UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.

BALANCOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE		10.695	18.240	PASSIVO CIRCULANTE		5.581	16.011
Disponível	7	2.202	4.696	Débitos de Operações de Assistência à Saúde		3.335	10.446
Realizável		8.493	13.544	Contraprestações / Prêmios a Restituir		616	-
Aplicações financeiras	8	4.928	1.592	Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		663	519
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		1.857	1.592	Comercialização sobre operações		194	-
Aplicações Livres		3.071	-	Débitos de Operações de Administração de Benefícios	13	1.862	2.302
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	9	1.517	11.899	Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde		-	7.625
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		1.517	2.603	Provisão para IR e CSLL		714	1.732
Outros Créditos de Operações de Assistência à Saúde		-	9.296	Tributos e Encargos Sociais a Recolher		865	589
Créditos Tributários e Previdenciários		283	1	Débitos Diversos	14	667	3.244
Bens e Títulos a Receber	10	1.765	31	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.197	5.007
Despesas Antecipadas		-	21	Provisões para Ações Judiciais	15	5.116	4.741
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.813	2.800	Tributos e Encargos Sociais a Recolher		81	266
Aplicações financeiras livres		39	39	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.730	22
Depósitos Judiciais e Fiscais	12	2.644	2.602	Capital Social		150	150
Total do realizável a longo prazo		2.683	2.641	Reservas de Lucro		2.580	30
Imobilizado		130	159	Prejuízos Acumulados		-	(158)
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		130	159				
TOTAL DO ATIVO		13.508	21.040	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.508	21.040

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		36.992	31.366
Receitas com Administração		39.596	33.631
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(2.604)	(2.265)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(5.873)	(3.099)
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		2.766	-
Outras Receitas Operacionais		2.766	-
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(8.598)	(2.899)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	17	(7.629)	(2.203)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(969)	(696)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(41)	(200)
RESULTADO BRUTO		31.119	28.267
Despesas Administrativas	18	(8.384)	(8.162)
Despesas de comercialização		(4.138)	(5.696)
Resultado Financeiro Líquido	19	211	327
Receitas Financeiras		1.268	711
Despesas Financeiras		(1.057)	(384)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		18.808	14.736
Imposto de Renda	20	(5.021)	(3.841)
Contribuição Social	20	(1.816)	(1.406)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		11.971	9.489

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Este documento foi assinado digitalmente por Magnus Monteiro De Oliveira Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código C622-6960-8812-343F.

UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	16	11.971	9.489
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		11.971	9.489

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Este documento foi assinado digitalmente por Magnus Monteiro De Oliveira Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código C622-6960-8812-343F.

UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reserva Legal	Reserva de lucro	Lucro/(Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		150	-	-	(1.437)	(1.287)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.489	9.489
Constituição de reserva legal		-	30	-	(30)	-
Distribuição de lucros		-	-	-	(8.180)	(8.180)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		150	30	-	(158)	22
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	11.971	11.971
Distribuição de lucros	16	-	-	-	(9.263)	(9.263)
Dividendo adicional proposto	16	-	-	2.550	(2.550)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		150	30	2.550	-	2.730

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimentos de Plano de Saúde		292.330	226.481
(+) Resgate de Aplicações Financeiras		258.561	247.511
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras		335	-
(+) Outros Recebimentos Operacionais		2.747	599
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(251.659)	-
(-) Pagamentos de Comissões		(3.569)	(7.458)
(-) Pagamentos de Pessoal		(5.258)	(2.037)
(-) Pagamentos de Pró-Labore		(6.311)	(42)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(828)	(2.851)
(-) Pagamentos de Tributos		(10.920)	(6.851)
(-) Pagamentos de Contingências (Cíveis / Trabalhistas / Tributárias)		-	(2.596)
(-) Pagamentos de Aluguel		(697)	(530)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade		(126)	(156)
(-) Aplicações Financeiras		(261.895)	(249.475)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(5.941)	(197.569)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		6.769	5.026
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(+) Recebimentos de venda de Ativo Imobilizado - OUTROS		-	194
(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - OUTROS		-	(74)
Caixa proveniente das atividades de investimentos		-	120
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Financiamento		-	2.747
(-) Pagamentos de Participações no Resultado		(9.263)	(8.180)
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento		-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(9.263)	(5.433)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA		(2.494)	(287)
Caixa - saldo inicial		4.696	4.983
Caixa - saldo final		2.202	4.696
Ativos livres no início do ano (*)	7	4.696	4.983
Ativos livres no fim do ano (*)	7	2.202	4.696
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES		(2.494)	(287)

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas

Este documento foi assinado digitalmente por Magnus Monteiro De Oliveira Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código C622-6960-8812-343F.

UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Informações Gerais

a) Contexto Operacional

A Uniconsult – Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. (“Uniconsult” ou “Empresa”), fundada em 26 de fevereiro de 2016 e com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, obteve em maio de 2016 autorização de funcionamento pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Tem por objeto social a administração de benefícios de assistência à saúde, podendo: a) promover a reunião de pessoas jurídicas contratantes de serviços de saúde na forma do art. 23 da RN nº 195, de 14 de julho de 2009; b) contratar plano privado de assistência à saúde coletivo, na condição de estipulante, a ser disponibilizado para as pessoas jurídicas legitimadas para contratar; c) oferecer planos de assistência à saúde para associados das pessoas jurídicas contratantes; d) fornecer apoio técnico na negociação de reajustes, aplicação de mecanismos de regulação pelas operadoras de planos de saúde e alteração de rede assistencial; e) dar apoio à área de recursos humanos das pessoas jurídicas contratantes na gestão de benefícios dos planos de assistência à saúde; e f) fornecer serviços de: terceirização de serviços administrativos, movimentação cadastral, conferência de faturas, cobrança ao beneficiário por delegação, e consultoria para prospectar o mercado e sugerir desenho de plano e modelo de gestão.

As operações da Empresa são conduzidas por meio de processos integrados no mercado de benefícios utilizando-se da mesma estrutura operacional do Grupo Qualicorp, do qual faz parte. As sinergias dos serviços prestados em conjunto pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos individualmente pelas empresas conforme sua ocorrência.

b) Principais eventos ocorridos em 2021

i. Transferência de Controle

Em 1 de outubro de 2021, 75% das cotas da Empresa que pertenciam a Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (Qualicorp Benefícios), foram transferidas para a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

Essa transferência faz parte da reestruturação societária realizada no Grupo Qualicorp.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

I. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 435.

Através da RN 435 de 23 de novembro de 2018, a ANS havia sustentado a posição de não adotar os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 e também de não adotar o Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019.

Adicionalmente, através da RN 472 de 29 de setembro de 2021, a ANS aprovou a adoção do Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, vigente a partir de 1º de janeiro de 2018 e também o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019 para serem adotados a partir de 1º de janeiro de 2022.

O CPC 48 – Instrumentos Financeiros, vigente a partir de 1º de janeiro de 2018, deve ser adotados a partir de 1º de janeiro de 2023.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, Pronunciamentos Técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela ANS.

As mesmas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

II. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Para elaboração das notas explicativas, a premissa utilizada pela Administração é a de divulgar os valores superiores a 10% do subgrupo a qual pertence, salvo se julgar necessário relatar informações relevantes, não contempladas nesta premissa.

III. Reapresentação de saldos

a) Reclassificação de despesas

A Empresa revisitou as informações divulgadas no resultado e concluiu pela necessidade de reclassificação de algumas contas, para melhor adequação ao plano de contas e modelo de divulgação da ANS. A reclassificação esta composta como segue:

	Divulgado 31/12/2020	Reclassificação	Reapresentado 31/12/2020
Outras Receitas Operacionais	272	(272)	-
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(1.154)	(1.049)	(2.203)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(447)	(249)	(696)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	-	(200)	(200)
Despesas de comercialização	(7.466)	1.770	(5.696)
Total	(8.795)	-	(8.795)

Os ajustes não produziram alterações no resultado líquido da Empresa.

3 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

I. Princípios gerais:

Ativos, passivos, receitas e despesas são apuradas de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa passou a fazer parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras.

Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

b) Empréstimos e recebíveis

Ativos financeiros classificados na categoria de empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas, se aplicável.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros".

A Empresa não possui passivos classificados como "passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

d) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou

descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Empresa efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

I. Disponível, aplicações financeiras de liquidez imediata e aplicações financeiras

Abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas no ativo circulante e estão classificadas como:

- Aplicações garantidoras de provisões técnicas: nos termos da RN nº 392/2015 e posteriores alterações da ANS. A vinculação deve ser realizada em Fundos Dedicados à Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras e sua utilização imediata necessitará de breve autorização pela ANS à instituição financeira.
- Livres que são resgatáveis no prazo de até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

II. Créditos de operações com administração de benefícios, contraprestações/prêmios a restituir, receita antecipada de contraprestações/prêmios e débitos de operações com administração de benefícios.

Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão a Empresa efetua as operações de cobrança dos beneficiários e as repassa às operadoras de saúde, através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos. Essas operações são contabilizadas na rubrica do ativo "Créditos de operações com planos de assistência à saúde", em contrapartida das rubricas de valores devidos às operadoras e às contas de resultado relativas à taxa de administração. Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo na rubrica "Receita antecipada de contraprestações".

III. Provisão para perdas sobre créditos

A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias. Não prevemos expectativa de outras perdas.

IV. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são de 20% para Equipamentos de Informática e de 10% para Móveis e Utensílios.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

V. Benefícios a Empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesa conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Os valores dos dispêndios com pessoal estão demonstrados na nota 14.

VI. Redução ao valor recuperável do ativo (*Impairment*)

No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

VII. Apuração do resultado

As receitas decorrentes da intermediação de vendas de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. A principal receita é a Receita de taxa de administração, taxa essa que corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão.

VIII. Regime de tributação

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

IX. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Empresa, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável a saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, onde os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

Já as provisões cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos.

4 Principais Estimativas e julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis da Empresa descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Empresa e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entende como razoáveis e relevantes.

A Empresa adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Entidade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos. O desempenho histórico está atrelado aos processos ativos x pagamentos utilizados, que pode de forma sazonal, aumentar ou diminuir a provisão. Caso a variação fosse de 10% teria um acréscimo ou redução na contingência no valor de R\$ 10.

5 Instrumentos Financeiros

a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado e reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos, conforme segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras	-	4.928	-	1.592
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.517	-	11.899	-
Bens e títulos a receber	1.765	-	31	-
Passivos financeiros:				
Contraprestações / Prêmios a Restituir	616	-	-	-
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	663	-	519	-
Comercialização sobre operações	194	-	-	-
Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde	-	-	7.625	-
Débitos de operações de administração de benefícios	1.862	-	2.302	-
Débitos diversos	667	-	3.244	-

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial

A tabela seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo após o reconhecimento inicial e agrupados por nível com base em seus respectivos graus de hierarquia de valor justo:

- Nível 1 – Valores cotados num mercado ativo para ativos ou passivos idênticos: Mercado ativo aqui seria um mercado no qual as transações de ativos e passivos ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preço numa base contínua.
- Nível 2 – Inputs relevantes além dos valores cotados no nível 1, direta ou indiretamente: Inputs de nível 2 incluem valores cotados para ativos ou passivos similares no mercado ativo, bem como outros Inputs além daqueles valores cotados para o ativo ou passivo como, por exemplo, taxas de juros e curvas de rendimento.
- Nível 3 - Inputs não relevantes: Mensurações obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado. Dessa forma, por se tratar de dados não observáveis, a seleção deve ser baseada no dado mais confiável disponível por que os inputs de mensuração de Nível 3 devem incluir os riscos inerentes à técnica de avaliação e os riscos inerentes aos inputs dessa técnica.

	31/12/2021	31/12/2020
	Nível 1	
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	4.928	1.592

Durante o período, não ocorreram transferências entre níveis.

Instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Empresa não operou contratos de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas posições ou para especulação.

- b) Gerenciamento dos principais riscos

A Empresa atua em atividades de operação de planos médico – hospitalar, sendo o risco limitado à frequência dos serviços que realiza, e sua exposição a riscos não sofre variação significativa pela severidade das solicitações.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Empresa são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Empresa possui controles internos que asseguram que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

Risco de crédito

A Empresa restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo.

Para mitigar este risco, a Empresa adota como prática comercial o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual, sendo cancelados com 30 e 60 dias de inadimplência da data do vencimento da mensalidade.

A metodologia de apuração da provisão para perda sobre créditos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3.iii.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

A Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI. Os ativos que sofrem impactos com essa variação estão demonstrados a seguir:

Conta	Contas patrimoniais	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras	Ativo circulante	8	4.928	1.592
Total			4.928	1.592

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as informações contábeis consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras.

Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menores riscos, sendo aplicadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de "rating" de "AAA" até "A-" no limite de 100% e de rating "BBB" até "BBB+" no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

Em 31 de dezembro de 2021, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R\$42 (R\$10 em 2020).

Risco de capital

A Empresa administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Capital Base

Antigo Patrimônio Mínimo Ajustado regido pela RN 209 até fevereiro de 2020, agora tratado como Capital Base, regulamentado pela RN 451 a partir de março de 2020, estabelece uma regra que define o montante a ser observado pelas operadoras em qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização das mesmas.

Na apuração do capital base as operadoras devem multiplicar o valor de referência determinado pela ANS pelo fator K, que por sua vez, é determinado pela região de comercialização da operadora e pelo seguimento da mesma.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital base calculado é de R\$ 425 (R\$ 392 em 2020), estando em conformidade com a norma.

Patrimônio Líquido Ajustado - PLA

O patrimônio líquido ajustado é o patrimônio líquido ou social apurado das operadoras ajustados por efeitos econômicos regulamentados na RN 451 de março de 2020.

Conforme exposto no art.10 dessa resolução normativa as operadoras deverão manter a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório.

O capital regulatório é o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que as operadoras deverão observar, a qualquer momento, em relação as regras de capital regulamentadas nesta RN.

Quanto a sua apuração, deve-se observar três importantes pontos:

- i) A operadora deverá possuir seu PLA, a qualquer tempo, equivalente ou superior ao capital regulatório;
- ii) A segunda observação, é que até 2022, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base e a margem de solvência;
- iii) A partir de 2023, com exceção das autogestões, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base e o capital baseado em riscos.

Em 31 de dezembro de 2021 o PLA calculado é de R\$ 2.730 (R\$ 0 em 2020), estando enquadrado na respectiva instrução normativa no exercício findo. Para 2020 regularizamos a situação de patrimônio insuficiente no primeiro trimestre de 2021.

Risco de liquidez

Considerando as atividades da Empresa, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Empresa elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

	Menos de um ano R\$	
	31/12/2021	31/12/2020
Contraprestações / Prêmios a Restituir	616	-
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	663	519
Comercialização sobre operações	194	-
Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde	-	7.625
Débitos de operações de administração de benefícios	1.862	2.302
Débitos diversos	667	3.244
Total	4.002	13.690

6 Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas

As seguintes normas foram emitidas pelo CPC e passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018 (CPC 47 e CPC 48) e 1º de janeiro de 2019 (CPC 06 - R2), mas não foram adotadas, pois não houve aprovação da ANS (Agência Nacional de Saúde) até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

i) **CPC 48 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração – Aprovação da ANS para aplicação em 1º de janeiro de 2023 conforme RN 472/21.**

Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Na avaliação realizada, a Empresa entende que o impacto dessa norma será:

- a) Com relação aos novos critérios de classificação de ativos financeiros, a Empresa verificou que os ativos financeiros classificados como “Empréstimos e Recebíveis” devem ser classificados como “Custo Amortizado”;
- b) Com relação ao novo modelo de *impairment*, a Empresa entende que a perda deverá ser reconhecida por estimativa, onde até as análises mais recentes não são esperados impactos relevantes pela mudança de modelo para a provisão para perdas sobre créditos referente a porção por redução ao valor recuperável de contas a receber, que atualmente é feita com base nos valores dos créditos vencidos, após 90 dias, considerando o histórico de “perdas incorridas” e que passará a ser provisionada em função do reconhecimento das “perdas de crédito esperadas”, no mesmo momento do registro do respectivo faturamento.

A administração entende que não teremos impactos com adoção desta interpretação nesta avaliação dessas demonstrações financeiras.

ii) **CPC 47 – Receitas de contratos com clientes – Mensuração e Reconhecimento - Aprovação da ANS para aplicação em 1º de janeiro de 2022 conforme RN 472/21**

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 - “Contratos de Construção” e CPC 30 - “Receitas” e correspondentes interpretações. A Empresa entende que não haverá impactos significativos para adoção dessa norma.

iii) **CPC 06-R2 - Operações de Arrendamento Mercantil – Mensuração e Reconhecimento - Aprovação da ANS para aplicação em 1º de janeiro de 2022 conforme RN 472/21**

Com essa norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

Na avaliação realizada, os impactos da adoção desta norma estão destacados a seguir:

- **Passivo de Arrendamento** – Reconhecer em passivo o montante do compromisso assumido com o contrato. Este valor, será ajustado a valor presente utilizando a taxa de desconto implícita no contrato (se houver) ou que forneça uma realidade econômica para o contrato.
- **Ativo Imobilizado** – As contraprestações dos contratos de arrendamentos, atualmente reconhecidos como despesas, serão registradas como ativo imobilizado/intangível na data de aplicação inicial ou quando houver novo contrato de arrendamento, no montante equivalente ao passivo de arrendamento e serão

depreciadas/amortizadas durante a vigência do contrato.

- **Patrimônio líquido** – Os montantes reconhecidos em decorrência das normas pré CPC 06-(R2) devem ser baixados e reconhecidos no PL, assim como os resultados atribuídos as novas formas de contabilização.
- **Despesa Financeira** – Os montantes reconhecidos em passivo, serão atualizados utilizando a mesma taxa de AVP, gerando despesa financeira.
- **Resultado Líquido** – As despesas geradas pelo novo método de contabilização serão maiores no início do contrato e decrescem até o término, em virtude da atualização monetária do passivo. Embora exista a diferença temporal, ao longo da vida útil os efeitos em resultados serão iguais aos que ocorreriam sem o CPC 06 (R2), mas o impacto será em linhas diferentes da demonstração de resultado.

O impacto dessa norma em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão demonstrados como segue:

Balanco Patrimonial	2021	2020
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	175	(1.626)
Créditos tributários e previdenciários	12	558
Imobilizado	700	941
Intangível	727	-
Ativo	1.614	(127)
Empréstimos e financiamentos (circulante)	397	450
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	324	491
Provisões para tributos diferidos	3	6
Patrimônio líquido	890	(1.074)
Passivo e patrimônio líquido	1.614	(127)
Demonstração do Resultado	2021	2020
Provisão para perdas sobre créditos	1.801	(1.626)
Outras receitas operacionais	50	-
Despesas administrativas	(146)	64
Despesas de comercialização	859	-
Resultado Financeiro	(56)	(64)
Impostos diferidos	(543)	-
Lucro líquido	1.965	(1.626)

iv) Normas emitidas que não estão em vigor

- CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17) – Este pronunciamento virá substituir a norma vigente sobre Contratos de Seguros (CPC 11), cujo objetivo é assegurar que uma entidade represente a essência desses contratos de forma fidedigna. A nova norma estabelece três modelos para mensuração dos contratos de seguros, que devem ser agrupados por similaridades de riscos e safras de emissão. Como passo subsequente, deve ser avaliada a existência de contratos onerosos e quando identificados, ser reconhecida sua perda de forma imediata no resultado. A adoção está prevista para 1 de janeiro de 2023. A Empresa está acompanhando as tratativas e realizará estudo para avaliar potenciais impactos pela adoção desta norma.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Empresa.

7 Disponível

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta depósito - movimento – país	2.201	4.696
Caixa	1	-
Total	2.202	4.696

8 Aplicações Financeiras

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de investimento ANS (*)	1.857	1.592
Aplicações Livres	3.071	-
Total	4.928	1.592

(*) Trata-se de aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 33, de 5 de outubro de 2009 da ANS. O valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Empresa aplica seus recursos.

9 Créditos de Operações com Administração de Benefícios

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios e plano de saúde a repassar - c/ risco de inadimplência	1.517	2.603
Outros créditos de operações de assistência à saúde (a)	-	9.710
(-) Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde (a)	-	(414)
Total	1.517	11.899

- a) Em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19 foi avaliado e suspenso o reajuste anual de planos de saúde pela agência Nacional de Saúde (ANS) que determinou, através do comunicado nº 85 em 8 de outubro de 2020, o tratamento contábil das contraprestações a receber do período de setembro a dezembro de 2020, onde a Empresa reconheceu em acordo com a competência os seus valores a receber e a perda esperada, que foram efetivados e cobrados ao longo de 2021 conforme determinou a ANS.

Cronograma de Vencimentos – aging List

Refere-se a valores a receber de beneficiários, cujos montantes das correspondentes faturas de planos de saúde ou apólices de seguro foram/serão pagos às operadoras ou seguradoras pela Empresa nos respectivos vencimentos das faturas. O resumo por idade de prêmios a repassar é:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	17	1.603
Até 30 dias	1.249	724
De 31 a 60 dias	251	84
Acima de 60 dias	-	192
Total	1.517	2.603

Provisão para perdas sobre créditos - Resultado

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde (a)	414	(414)
Perdas Efetivas	(1.383)	(282)
Perdas com créditos incobráveis	(969)	(696)

- a) A Empresa efetuou em 2020 o reconhecimento da perda esperada com base na provisão das contraprestações registradas no ativo sobre a suspensão do reajuste, ao longo de 2021 os valores foram revertidos conforme efetivação.

10 Bens e Títulos a Receber

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Valores Identificar Seguradoras/Operadoras (*)	1.702	-
Outros valores e bens	63	31
Total	1.765	31

(*) Referem-se substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia, através de encontro de contas a receber e a pagar entre a Empresa e as operadoras/seguradoras.

11 Partes Relacionadas

- a) Saldos e transações com empresas ligadas:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Ativo		Passivo	
<u>Operações Intecompany (i)</u>	-	-	1	2.746

- i) Trata-se de valores alocados no grupo de bens e títulos a receber ou débitos diversos relacionados a serviços corporativos entre empresas relacionadas.
- b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente e os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	
	Contas a pagar	Despesas
<u>Remuneração a administradores</u>	162	1.496

12 Depósitos Judiciais e Fiscais

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Tributários (*)	2.548	2.548
Trabalhistas	54	54
Cíveis	42	-
Total	2.644	2.602

(*) Referem-se basicamente relativos à denúncia espontânea dos débitos de ISS apurados no período de julho de 2016 a agosto de 2020.

13 Débitos de Operações de Administração de Benefícios

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o valor é de R\$1.862 (R\$2.302 em 31 de dezembro de 2020) correspondente a faturas de seguro-saúde a serem pagas às seguradoras/operadoras no vencimento das faturas, independentemente do recebimento por parte dos beneficiários, cujos pagamentos foram substancialmente efetuados até 31 de janeiro de 2022.

14 Débitos Diversos

Circulante:	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações com pessoal	541	442
Valores Identificar Seguradoras/Operadoras (*)	20	-
Reembolso de despesas a pagar	1	2.747
Outros	105	55
Total circulante	667	3.244

(*) Referem-se substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia, através de encontro de contas a receber e a pagar entre a Empresa e as operadoras/seguradoras.

15 Provisões para Ações Judiciais

	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias (a)	3.538	3.422
Trabalhistas e previdenciárias (b)	1.273	1.226
Cíveis (c)	171	73
Regulatória/ANS (d)	134	20
Total	5.116	4.741

As movimentações nas provisões para riscos foram as seguintes:

	31/12/2019	Adições	Reversões	31/12/2020	Adições	Reversões	31/12/2021
Tributárias	-	3.422	-	3.422	116	-	3.538
Trabalhistas e previdenciárias	-	1.226	-	1.226	47	-	1.273
Cíveis	128	-	(55)	73	139	(41)	171
Regulatório - ANS	-	20	-	20	163	(49)	134
Total	128	4.668	(55)	4.741	465	(90)	5.116

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2021:

- a) A Empresa constituiu provisão no montante de R\$ 3.538 (R\$ 3.422 em 2020) tanto para (a) contingências de natureza tributárias cuja probabilidade de materialização foi avaliada como provável, quanto para (b) contingências materializadas em processos tributários, avaliados como perda provável.
- b) A Empresa é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. As provisões constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R\$ 1.273 (R\$ 1.226 em 2020). As demandas em que eventuais perdas são consideradas possíveis totalizam R\$ 29, para as quais não foram constituídas provisões.
- c) A empresa é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$ 171 (R\$ 73 em 2020), estimado como provável o desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão. Avaliados como possível o desembolso de caixa, R\$ 82 para os quais, não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) pedidos de autorização para procedimentos médicos e/ou fornecimento de medicamentos em decorrência de ausência de previsão no rol de procedimentos autorizados pela ANS, carência, tratamentos experimentais, acompanhados de pedidos indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (ii) ações e cobrança de prestadores médicos referente a glosas de faturamento; (iii) encerramentos de contrato que ensejam pedidos de restabelecimento de plano, acompanhados de pedido indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (iv) alegações de erros médicos que ensejam pedidos de indenização por danos moral e material.
- d) A Empresa é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R\$ 134 (R\$ 20 em 2020) avaliado como perda provável, para o qual foi constituída provisão. Não há demandas para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível.

16 Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social da Empresa é de R\$150, totalmente subscrito e integralizado sendo dividido em 150.000 quotas de valor nominal igual a 1,00.

A participação dos quotistas no capital social da Empresa é a seguinte:

Acionistas	31/12/2021 (Quotas)	31/12/2020 (Quotas)
Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (*)	112.500	-
Flávio Paulo de Oliveira Rodrigues	18.750	18.750
Otto de Oliveira Junior	18.750	18.750
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (*)	-	112.500
Total	150.000	150.000

(*) Transferência de controle após reorganização societária do Grupo Qualicorp, conforme nota explicativa 1 b) i).

Reserva legal

Conforme estabelece o contrato social, a Empresa deverá destinar 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação dessa reserva até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social, após compensar integralmente seus prejuízos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R\$ 30 pois atingiu o índice de 20%.

Distribuição de resultados e outras reservas de lucros

A Empresa, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos, serem imputados ao dividendo obrigatório.

Segue abaixo quadro que será levado para aprovação de diretoria da proposta da distribuição de dividendos de 2021 com pagamento até 31 de dezembro de 2022.

Destinação do Lucro líquido	2021	2020
Lucro líquido do exercício	11.971	9.489
Constituição de reserva legal	-	(30)
Antecipação de dividendos intercalares no exercício	(9.263)	(8.180)
Compensação de prejuízos acumulados	(158)	(1.279)
% dos dividendos intercalares sobre o lucro líquido do exercício	77,38%	86,21%
Dividendo proposto a pagar	2.550	-

17 Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Descrição	31/12/2020	
	31/12/2021	(Reapresentado)
Repasse financeiro de contratos de adesão (*)	7.378	1.770
Provisão (reversão) de provisões para riscos	212	(273)
Outras despesas	39	706
Total	7.629	2.203

(*) Referem-se aos custos relativos aos repasses financeiros incorridas nos convênios firmados com as entidades de classe para estipulação e comercialização dos planos coletivos por adesão.

18 Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Gastos com pessoal (a)	5.397	3.113
Gastos com localização e funcionamento	1.343	1.382
Gastos com serviços de terceiros	915	2.901
Outras despesas administrativas	729	766
Total	8.384	8.162

- a) As despesas de benefícios a empregados, compõem-se como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Salários e ordenados	3.358	1.554
Despesa com encargos sociais	1.115	672
Provisão de 13º salário e férias	407	340
Despesas com vale refeição	307	281
Despesa com transporte	26	22
Despesa com indenização	9	16
Outras despesas com empregados	175	228
Total	5.397	3.113

19 Receitas (Despesas) Financeiras

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:		
Juros e multa sobre recebimentos em atraso (a)	828	581
Rendimentos com aplicações financeiras	422	87
Outras receitas financeiras	18	43
Total de receitas financeiras	1.268	711
Despesas financeiras:		
Tarifa de cobrança (b)	(789)	-
Atualização monetária	(133)	(23)
Descontos concedidos	(105)	(30)
Outras despesas financeiras	(30)	(331)
Total de despesas financeiras	(1.057)	(384)
Resultado financeiro	211	327

- a) Referem-se aos valores de juros e multas arrecadados pela Empresa nas operações de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão e produtos complementares. Esses valores são recebidos dos beneficiários que efetuam a quitação de seus títulos após a data de vencimento.
- b) Refere-se a tarifas bancárias ocorridas durante o exercício.

20 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e após participações	18.808	14.736
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(6.395)	(5.010)
Despesas não dedutíveis – outras	(531)	-
Perdas com créditos incobráveis	(231)	-
Recuperação de perdas	54	-
(Constituição)/reversão líquida de adições temporárias sem constituição de crédito tributário	577	-
Outros	(311)	(237)
Total das despesas de IRPJ/CSLL	(6.837)	(5.247)
Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%)	-36,35%	-35,61%

21 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa possui o seguinte compromisso relevante:

- a) Contrato de locação de seu escritório: compromisso já assumido para o exercício social de 2022 em R\$ 396 (não auditados) e para o exercício social de 2023 em R\$ 330 (não auditados).

As despesas incorridas com esse contrato no exercício social de 2021 foram de R\$ 636 (R\$ 465 em 2020).

22 Seguros

A Companhia mantém seguros sobre seus bens para a cobertura de eventuais perdas, os quais são considerados suficientes pela Administração, como segue:

Ítems	Tipo de cobertura	Importância segurada
Garantia de processos administrativos (*)	Garantia decorrente a processos administrativos – Órgão Público	14

23 Conciliação do Lucro Líquido e Caixa Operacional

Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	18.808	14.736
Ajustes por:		-
Depreciações e amortizações	29	27
Provisão de Reajuste	812	(812)
Provisão para perdas sobre créditos	-	447
Provisão (reversão) para riscos	375	(188)
Atualização ISS com. tributárias	-	38
Ajustes imobilizado	-	19
	20.024	14.267
Variação dos ativos e passivos operacionais:		
Aumento (redução) de Créditos de operações de administração de benefícios	1.849	(1.799)
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	229	(1.603)
Redução (aumento) de Débitos de operações de administração de benefícios	(440)	425
Aumento de Contraprestações / Prêmios a restituir	616	-
Redução de Bens e títulos a receber	(1.734)	(28)
Aumento de Despesas antecipadas	21	22
Redução (aumento) de débitos diversos	(2.383)	2.860
Aumento de Receita antecipada de contraprestações / prêmios	144	-
Redução (aumento) de créditos tributários e previdenciários	(282)	2
Redução de depósitos judiciais	(42)	(2.548)
Redução de aplicações financeiras	(3.336)	(2.048)
Caixa proveniente das (utilizado nas) operações	14.666	9.550
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.897)	(4.006)
Título de capitalização	-	(22)
ISS transferido de curto para longo prazo - contingências	-	2.720
Partes relacionadas - variação	-	(2.747)
Ajustes de exercícios anteriores com efeitos de caixa	-	(469)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	6.769	5.026

24 Covid-19

O segundo ano de pandemia (2021) no Brasil foi marcado por uma acentuada segunda onda de contaminações e pelo surgimento de novas variantes do vírus SARS-CoV-2, onde à medida que a pandemia de Covid-19 evolui os governos estão implementando medidas adicionais para enfrentar os problemas de saúde pública resultantes e o impacto econômico.

Sendo assim a Uniconsult decidiu manter toda sua Operação em *home office* primando pela segurança de seus colaboradores. O trabalho remoto foi impulsionado e amadurecido pela pandemia e cabe ressaltar que diante desta nova rotina a empresa buscou aperfeiçoar os seus dispositivos de monitoria e controle de forma a manter altos índices de performance em seus departamentos, pois o distanciamento social exigiu maior conectividade e colaboração entre as equipes.

Para o ano de 2022 a previsão é continuar atuando de forma remota, até que seja possível decidir pelo retorno em

segurança e por meio de um modelo híbrido, para que os nossos colaboradores continuem trabalhando de suas casas pelo menos três vezes por semana.

25 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas em forma definitiva pela Administração em 29 de março de 2022 e contemplam todos os eventos subsequentes ocorridos desde a data de encerramento de 31 de dezembro de 2021, quando aplicável.

A DIRETORIA

E

Contador: Magnus Monteiro de Oliveira Junior - CRC. 1SP219254/O

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Qualicorp. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C622-6960-8812-343F> ou vá até o site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C622-6960-8812-343F



Hash do Documento

3FF293A79A54D828060AA818B0B4D8AFA9D658BD24A54CC4041E42C294DD3481

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2022 é(são) :

- Magnus Monteiro De Oliveira Junior (Signatário - UNICONSULT - ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS E SERVICOS LTDA.) - 251.***.***-08 em 30/03/2022 17:44 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

